

**FICHA DE SEGUIMENTO**  
**AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PIC DE CABO VERDE (2008-2011)**

Abril de 2013

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<b>A. NÍVEL ESTRATÉGICO</b>				
<p><b>1.</b> No próximo Programa de Cooperação com Cabo Verde deve haver uma alteração qualitativa, no sentido de uma programação com objetivos e indicadores de <i>outcome</i>, devendo ser definidas metas a alcançar.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: deverá ser elaborada uma matriz de acompanhamento do PIC com indicadores e metas concretas, que envolva todas as unidades do Camões I.P.	Foi criado um grupo de trabalho interno que se encontra a elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações. Uma vez estabilizada internamente, a matriz será posteriormente levada à consulta dos ministérios setoriais.
	DNAPEC	-	-	-
<p><b>2.</b> A programação deve continuar numa base plurianual, alinhada com o documento de estratégia de Cabo Verde.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: tendo em vista promover a previsibilidade da ajuda, deverá-se manter no PIC uma programação financeira plurianual.	O PIC mantém o seu caráter plurianual, com montantes plurianuais (indicativos) para o seu período de vigência.
	DNAPC	-	-	-

<sup>1</sup> Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

<sup>2</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>3</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

<sup>4</sup> Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>3.</b> Encontrar uma forma de reduzir a dispersão, no sentido de aumentar a eficácia do apoio ao desenvolvimento.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: com o objetivo de promover uma concentração sectorial foram indicados dois programas bandeira no novo PIC, com vista a potencializar a relação custo-benefício.	Dois Programas Bandeira incluídos no PIC 2012-2015: Cooperação Técnico-Policial e da Educação.
	DNAPEC	-	-	-
<p><b>4.</b> Reforçar a liderança do IPAD na coordenação da cooperação em todas as suas fases, a qual passa necessariamente por: (i) criar um sistema de informação; (ii) fortalecer o papel dos serviços de cooperação no terreno ao nível da capacidade de decisão; e (iii) revitalizar a CIC e o Fórum da Cooperação colocando-os ao serviço da eficácia do desenvolvimento.</p>	Tutela portuguesa	-	-	-
	Camões, IP (DSC)	-	-	-
<p><b>5.</b> No processo de elaboração do próximo Programa deve haver um envolvimento mais ativo e atempado dos diversos atores da Cooperação Portuguesa</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: sob coordenação do GSENEC, foram pedidos contributos aos ministérios sectoriais para a elaboração do PIC.	As consultas com os diversos atores relativamente ao novo PIC foram desenvolvidas pelo GSENEC.
<p><b>6.</b> Na Cimeira luso-cabo-verdiana, que irá ter lugar em 2012, o futuro da cooperação deve ser pensado estrategicamente, tendo por base o novo PIC, no sentido de explorar novas áreas e conteúdos tendo em atenção o pilar da cooperação empresarial.</p>	Tutela portuguesa	-	-	-
	Camões, IP (DSC)	-	-	-
	MIREX	-	-	-
<p><b>7.</b> A DNAPEC deve aprofundar a articulação com</p>	DNAPEC/MIREX	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
todos os sectores, devendo promover reuniões regulares de articulação entre instituições e afinar a comunicação na implementação das intervenções.	Ministérios sectoriais cabo-verdianos	-	-	-
<b>8.</b> Cabo Verde deve exercer uma verdadeira liderança na coordenação da Ajuda dos diversos parceiros.	MIREX	-	-	-
<b>B. NÍVEL OPERACIONAL</b>				
<b>9.</b> O sistema de acompanhamento conjunto (Portugal e Cabo Verde) do novo Programa deve ser revisto, devendo a coordenação assumir um papel central. Realizar um encontro anual entre a DNAPEC e o IPAD com o objectivo de fazer o balanço da cooperação desenvolvida e programas o período seguinte.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: reforçar a preparação da revisão anual do PIC com as autoridades cabo-verdianas.	A fim de operacionalizar a Comissão de acompanhamento do PIC foi enviada comunicação para CV informando acerca da composição, pela parte PT, dos elementos que participarão na mesma.  Perspetiva-se que os encontros tenham lugar em maio de 2013, em CV.
	DNAPEC/MIREX	-	-	-
<b>10.</b> Durante o novo ciclo de cooperação devem ser realizadas reuniões sectoriais com os diversos atores da Cooperação Portuguesa para promover uma maior articulação e dar coerência a todo o apoio. Nesta matéria assumem particular destaque os sectores da educação (ensino superior) e da segurança.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: promover encontros regulares com os principais atores da cooperação portuguesa.	As reuniões que tiverem lugar entre o ex-IPAD e os ministérios setoriais, ou outros intervenientes, tiveram lugar ao nível da divisão de projetos (DAB).
	Camões, IP (DSLCL)	Aceite	Reforçar a articulação entre os diferentes atores a funcionar na área da educação e cultura,	Os programas desenvolvidos na área do ensino superior em CV são acompanhados e monitorizados pelo Responsável do Departamento

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			através de mecanismos de programação e monitorização que levem à obtenção de procedimentos e resultados conjuntos. Os recursos devem ser direcionados para áreas/domínios definidas (os) como “problemas” a resolver.	de Português da UCV e pela DSLC/DCEPE que, nesta data, são os dois intervenientes diretos nesta área.
	MAI/DGAI	Aceite	A DGAI/MAI entende que faz todo o sentido haver uma maior articulação entre o executor e o financiador nacional, a fim de clarificar a razão da necessidade de incluir algumas ações específicas ou complementares, única forma de dar coerência à cooperação técnico-policial. Por exemplo, as ações de formação têm de ser complementadas com o fornecimento de equipamentos, caso contrário a implementação prática estará comprometida. Esta questão é sobretudo válida para países como São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, bem como para Cabo Verde e Moçambique.	A única reunião que houve foi já no corrente ano, mas não foi para tratar matérias com os objetivos subjacentes às ideias que estão no cerne deste ponto. A referida reunião, convocada pelo Camões, tinha por objetivo recolher os pontos de situação dos programas de cooperação a executar nos vários ministérios envolvidos em atividades de cooperação com o Camões, a fim de habilitar o Camões para uma reunião, presumimos que de avaliação interna.  CONTINUAMOS A ACHAR SER DE ENORME IMPORTÂNCIA A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES CONJUNTAS PROPOSTAS NESTE PONTO. O ESCRITO NA COLUNA “EXPLICAÇÃO” CONTINUA ATUAL. QUANTO MAIS INFORMAÇÃO ESTIVER

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	Ministérios sectoriais portugueses	-	-	DISPONÍVEL ENTRE AMBAS AS PARTES, MAIOR É A GARANTIA DE SE OBTEREM RESULTADOS DE MAIOR AMPLITUDE E ALCANCE.
<p><b>11.</b> A articulação entre a sede e o terreno deve ser melhorada e agilizada. Por exemplo, os documentos estratégicos e orientadores devem ser atempadamente divulgados e os serviços de cooperação junto da Embaixada devem ter acesso à intranet e às pastas partilhadas do IPAD. A partilha de experiências (reunião anual) entre os Adidos da Cooperação e o IPAD assume igualmente grande importância.</p>	Camões, IP (DSC)	?	Dependerá das orientações da nova Direção.	-
<p><b>12.</b> Os esforços da cooperação portuguesa, na área do ensino/língua portuguesa devem ter subjacente o envolvimento das autoridades cabo-verdianas, sob pena de não produzirem os efeitos esperados.</p>	Autoridades cabo-verdianas	-	-	-
<p><b>13.</b> Procurar reduzir a mobilidade de quadros para que o apoio ao desenvolvimento de capacidades produza os efeitos desejados. Por exemplo, é necessário fixar quadros na DGES para que a mesma possa desempenhar as suas funções.</p>	Autoridades cabo-verdianas	-	-	-
<p><b>14.</b> Face à escassez de recursos, os projetos futuros devem ser definidos com metas precisas a alcançar.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	<p>DCG: as metas devem estar incluídas na futura matriz de acompanhamento.</p> <p>CGI: Rever o formulário “Apresentação de propostas de</p>	Foi criado um grupo de trabalho interno que se encontra a elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			PPA de cooperação”, exigindo não só a definição de Indicadores relevantes, mas também a indicação das metas que se desejam atingir, sem as quais as propostas não poderão ser aceites.	forma, fornecer informações válidas para as avaliações.
	Camões, IP (DSLÇ)	Aceite	Uniformizar a definição de indicadores para as intervenções que são de reporte em sede de protocolos e melhorar o enfoque baseado nos resultados.	Este objetivo continua a estar assegurado.
	MAI/DGAI	Rejeitada	Os projetos de cooperação técnico-policiais desenhados e implementados têm sempre definidas as metas a alcançar.	Este objetivo continua a estar assegurado.
	Ministérios sectoriais portugueses	-	-	-
15. Os ministérios sectoriais cabo-verdianos devem, no início de cada ano, enviar à DNAPEC a calendarização das atividades de cooperação e, no final do ano, um relatório sobre a execução, para que a DNAPEC possa exercer convenientemente as suas funções de coordenação.	Ministérios sectoriais cabo-verdianos	-	-	-
16. Nas intervenções que utilizam os sistemas nacionais, devem ser agilizados os mecanismos de gestão e prestação de contas.	Autoridades cabo-verdianas	-	-	-
<b>C. ÁREAS DE INTERVENÇÃO</b>				

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>17.</b> Portugal deve continuar a apoiar os sectores/áreas em que tem mais-valias: (i) capacitação institucional (agiliza a Administração, a qual agiliza a Economia), (ii) Ensino/formação.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: princípio refletido no novo PIC.	O Princípio da concentração setorial encontra-se refletido no novo PIC.
	Camões, IP (DSLCL)	Aceite	O Camões, I.P., continuará a apoiar os projetos que tem vindo a desenvolver na área do ensino.	Este objetivo continua a estar assegurado. Mantém-se a presença na Universidade de Cabo Verde e na Licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses bem como em outras graduações de outras áreas onde o Português/Práticas de Comunicação em <i>Cursos Curriculares Opcionais de Língua e Cultura Portuguesas e Culturas da CPLP</i> se insere como disciplina curricular. Têm sido realizadas ações de Formação em TIC com os seguintes temas: <i>As Tecnologias Interativas na Transformação do Ensino Aprendizagens e As Tecnologias Interativas no Desenvolvimento Profissional e nas Dinâmicas de Reuniões.</i>
<p><b>18.</b> Melhorar a articulação das intervenções de desenvolvimento de capacidades, de modo a que sejam implementadas no momento mais adequado, e optar por formação <i>on-job</i>.</p>	Ministério sectoriais portugueses	-	-	-
	MAI/DGAI	Aceite	Esta prática já é seguida pelas Forças e Serviços de Segurança (FSS) do MAI. Todas as assessorias técnicas seguem este	Mantendo-se o exposto em “EXPLICAÇÃO” é objetivo da DGAI e das FSS assegurar cada vez mais a formação <i>on-job</i> e a

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			<p>formato e algumas das ações de formação seguem também o mesmo modelo.</p> <p>Não obstante, existem formações técnicas que têm de seguir o modelo clássico de formação em sala, podendo ser-lhes acrescentada uma componente de acompanhamento no posto de trabalho na fase inicial, pós formação.</p>	<p>formação de formadores de modo a assegurar uma evolução mais rápida na capacitação e autonomização das entidades destinatárias.</p> <p>No âmbito do PIC 2012-1015, o PCTP 2012 com Cabo Verde incluiu a aquisição de alguns equipamentos que vieram abrir novos horizontes na cooperação com Cabo Verde, nomeadamente por permitirem autonomização relativamente à dependência externa e responderem de imediato às necessidades internas. Exemplo disso são a equipagem de um Gabinete de Psicologia para a área de recrutamento de RH – exames psicotécnicos, entrevistas de admissão, etc.; Equipamento de fiscalização rodoviária (todo o equipamento ligado ao suporte de ações de fiscalização de viaturas e de condutores, para várias ilhas e respetiva formação. Esta formação permite habilitar elementos cabo-verdianos como formadores.</p> <p>Um outro contributo importante</p>



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
				<p>numa área tão essencial como as fronteiras, num país com forte exposição de fronteiras externas é a criação de uma Unidade de Análise de Risco com o respetivo hard e software desenvolvido pelo SEF. Esta análise de risco permite tratar automaticamente todas as incidências nas fronteiras e analisar estratégias de resposta às mesmas.</p> <p>Este são alguns exemplos.</p>
	Camões, IP (DSL)	Aceite	Na área do ensino, o enfoque do Camões, I.P., é o de apoiar a formação contínua de professores.	Encontra-se em funcionamento um Programa de Formação de Monitores de Língua Portuguesa na Cidade da Praia.
<p><b>19.</b> A realização de determinadas ações de formação e assessorias técnicas pressupõe a disponibilidade de equipamentos. Nestes casos, deve ser assegurado pelo respetivo programa de cooperação o orçamento necessário para a sua aquisição e disponibilização aos seus destinatários.</p>	Camões, IP (DSC)	Parcialmente aceite	CGI: Embora essa seja uma responsabilidade dos promotores dos PPA, o IPAD deverá ter esse aspeto em consideração na análise dos referidos PPA. Caso não haja disponibilidade orçamental para a totalidade das atividades propostas, o(s) promotor(es) devem proceder ao devido ajustamento, tendo o cuidado de manter as necessárias relações entre ações de capacitação e meios materiais que estas requeiram.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	MAI/DGAI	Aceite	O MAI já o vem fazendo, pois é a única maneira de assegurar a implementação das assessorias e ações de formação. A DGAI vem sistematicamente alertando o IPAD para o facto da importância dos equipamentos complementares, sobretudo de forma generalizada para STP e GB e com avaliação no caso de CV e MZ.	Como já referido anteriormente, o Camões passou a demonstrar maior abertura no que respeita a disponibilização de equipamentos. Também o MAI/FSS têm vindo a fazer esforços na disponibilização de determinados equipamentos através de doação, ficando apenas o custo de transporte a cargo do PCTP.
	Ministérios sectoriais portugueses	-	-	-
20. Incluir a gestão de risco nos documentos de projeto	Camões, IP (DSC)	Aceite	CGI: Rever formulário “Apresentação de propostas de PPA de cooperação”, de modo a incluir esta questão	-
	Camões, IP (DSLC)	Aceite	-	-
	MAI/DGAI	Aceite	Embora Cabo Verde possa ser incluído no lote de países que melhor têm reagido à situação de fragilidade em que se encontrava, continua a existir forte dependência do apoio internacional e, como tal, merecedor de uma avaliação de risco rigorosa e coerente.	O fator de risco em Cabo Verde tem vindo a diminuir, muito pelo mérito cabo-verdiano, país que conquistou o reconhecimento internacional pelo rigor das execuções orçamentais e dos programas de ajuda internacional.  Como país com limitações de desenvolvimento económico no

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
				setor produtivo para exportação, CV continuará a depender no médio prazo da ajuda internacional. As tentativas das organizações de tráfico de seres humanos e do tráfico de estupefacientes utilizarem CV como plataforma de passagem, fazem com que a cooperação portuguesa nestas áreas continue a ser fundamental.
	Ministérios sectoriais portugueses	-	-	-
<p><b>21.</b> O Cluster, sendo uma modalidade de Ajuda com muitas potencialidades, a manter-se, deve ser revisto ao nível da sua gestão, coordenação e financiamento.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite?	<p>DCG: ainda não há orientações superiores quanto à permanência (ou não) do cluster no próximo PIC.</p> <p>CGI: A manter-se o Cluster, proceder-se-á, em conjunto com as autoridades cabo-verdianas, à revisão da sua gestão, coordenação e financiamento.</p>	O PIC 2012-2015 não tem cluster de acordo com as orientações do GSENEC.
<p><b>22.</b> Agilizar as linhas de crédito, colmatando as ineficiências muito ligadas aos aspetos burocráticos.</p>	PT	-	-	-
	CV	-	-	-
<p><b>23.</b> O futuro PICATFin deverá ter em atenção o Plano de ação da reforma das finanças, (no quadro do PEMFAR) no sentido de identificar as áreas prioritárias de intervenção.</p>	MFAP/GPEARl	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>24.</b> No quadro do PICATFin, em face das expectativas criadas, deverá ser divulgado o relatório da autoavaliação realizada em 2010.</p>	MFAP/GPEARl	-	-	-
<p><b>25.</b> No sector da Justiça, agilizar os processos para que a implementação das ações se inicie no início de cada ano.</p>	Ministério da Justiça PT	Aceite	A DGPJ concorda com a recomendação, ainda que, deva salientar haver por parte de todas as entidades do Ministério da Justiça grande disponibilidade para a execução atempada das ações. Bastas vezes o seu início tardio não se deve a causas nacionais.	-
<p><b>26.</b> No sector da Segurança, desenvolver uma visão integrada com uma abordagem coerente do apoio, que inclua todos os atores envolvidos e promova sinergias, otimizando a relação custo/benefício.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	CGI: Promover reuniões entre atores envolvidos prévias à apresentação das respetivas propostas de PPA, para concertação das ações e promoção de possíveis sinergias; Promover reuniões de acompanhamento entre atores envolvidos, para partilha de experiências e ajustamentos de percurso.	-
	MAI/DGAI	Parcialmente aceite	Na parte que respeita à promoção de sinergias, de modo a otimizar a relação custo/benefício e uma visão integrada dos programas de apoio, a DGAI/MAI reconhece a importância da cooperação	A cooperação tripartida continua a ser a base obrigatória na elaboração dos PCTP. As demandas e as necessidades dos destinatários continuam também a ser o ponto de partida para a programação dos planos e

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			<p>tripartida na área técnico-policial. As altas taxas de execução e o reconhecimento dos países destinatários é exemplo disso mesmo. A redução de custos que anualmente tem vindo a ser conseguida, graças a execuções financeiras rigorosas nos anos imediatamente anteriores, tem permitido manter um elevado número de ações, apesar dos cortes orçamentais que a cooperação técnico-policial vem sofrendo.</p> <p>Na parte que respeita a elaboração dos programas, na medida em que se tratam de matérias técnicas muito específicas que apenas as FSS portuguesas e as destinatárias podem definir.</p>	<p>execução das ações, assessorias e eventual disponibilização de equipamentos.</p> <p>De realçar que, no ano de 2012, na execução do PCTP os 3 processos de aquisição de equipamentos ficaram sob a responsabilidade do MAI-CV e foram um êxito, tendo decorrido sem qualquer incidente e num prazo assinalável. Certamente que este facto também serviu para um sentimento de maior participação e de responsabilização da parte das autoridades CV.</p> <p>Já em 2013 realizou-se uma ação com uma nova situação. A ação decorreu na Praia e no Mindelo, tendo o MAI-CV assumido as despesas das passagens aéreas para o Mindelo (os formadores regressaram para Portugal diretamente do Mindelo) e o alojamento dos formadores do SEF.</p>
	MJ	Aceite	Decorre dos objetivos operacionais do Plano de Atividades da DGPJ	-
	MDN	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	DNAPEC	-	-	-
<p><b>27.</b> Repensar o apoio na área do Ensino Superior, definindo uma estratégia de intervenção coerente e articulada, que promova a sua eficácia global. Repensar os mecanismos de operacionalização dessa estratégia, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade de docentes. Nas bolsas de licenciatura centrar o apoio em áreas prioritárias e não existentes em Cabo Verde (Saúde, Engenharias). Nas bolsas de pós-graduação centrar o apoio no reforço e capacitação do corpo docente do ensino superior de Cabo Verde.</p>	Camões, IP (DSC)	? Aceite	<p>DCG: Depende de instruções superiores.</p> <p>CGI: Proceder-se-á, em conjunto com as autoridades cabo-verdianas, à definição de uma estratégia de intervenção integrada, bem como dos mecanismos de operacionalização da mesma. Quanto à atribuição de bolsas, apenas se verifica já nos níveis de mestrado e doutoramento e em áreas consideradas prioritárias pelas autoridades cabo-verdianas</p>	De acordo com elementos da DRH (Bolsas) das bolsas destinadas ao ensino universitário e politécnico, para o ano letivo 2012-2013, 23% foram destinadas à área da Educação (mestrados).
	Camões, IP (DSL)	Aceite	Área considerada prioritária pelas autoridades atendendo à inexistência desta formação em CV: atribuição de bolsas na área da pós-graduação em ensino do português língua segunda, língua estrangeira.	De acordo com informação DCEPE/Bolsas, foi atribuída 1 bolsa de investigação para apoio a Mestrado em Didática de Português, Língua Segunda Língua Estrangeira (PLE)
	Autoridades cabo-verdianas	-	-	-
<p><b>28.</b> No apoio ao Desenvolvimento Sociocomunitário, as autoridades cabo-verdianas devem assumir maior responsabilização na gestão e acompanhamento dos projetos.</p>	MSSS português	-	-	-
	Parceiros cabo-verdianos	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>29.</b> Intensificar as atividades de capacitação institucional ao MSS cabo-verdiano, por ter sido identificada pelos parceiros cabo-verdianos como uma área a necessitar de apoio.</p>	MSSS	-	-	-
<p><b>30.</b> Rever o Programa de Cooperação no domínio do emprego e da formação profissional, com o objetivo de apoiar o IEPF-CV e a sua rede de Centros de Emprego e Formação Profissional, na capacitação para o desenvolvimento das suas funções de Serviço Público de Emprego e adotar uma abordagem sectorial integrada.</p>	MEE português/IEFP	Aceite	O Conselho Diretivo do IEPF deliberou concordar com a revisão do Programa de Cooperação entre o IEPF e o IEPF-CV, no domínio do emprego e da formação profissional, tendo obtido igualmente concordância por parte de Sua Ex. <sup>a</sup> o Secretário de Estado do Emprego.	-
<p><b>31.</b> Manter a presença no apoio ao orçamento.</p>	Tutela portuguesa	-	-	-